

TEMA: TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.

**PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL/ARRIBES DEL DUERO: ORIENTAÇÕES
ESTRATÉGICAS**

José Paulo Castro (castrogeo@ipb.pt); Paula Odete Fernandes (pof@ipb.pt).

Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia, Apartado 1038
5301-854 Bragança - Portugal.
Telefone: +351 273 331570
Fax: +351 273 325405

Ilha Terceira, 16-18 de Julho de 2007

Abstract

Tourism is considered a phenomenon of the extreme importance in society's structural way of life. From the remote travels of pre-historical humans, until the end of the XVIII century, when the first tourist flows took place, and afterwards during the first half of the XX century, this phenomenon grew steadily gaining ever more socioeconomic importance, especially for the regional development of Portugal's border areas.

The confirmation of the economic and social advancement of certain regions based on tourism activities, hand in hand with their rich heritage, has always left question marks regarding the unequal degree of development verified in areas of similar or even superior resources with the potential to bring about positive evolution for their respective population or even integrated progress.

With this work we aim to evaluate and discuss tourism's contribution towards regional development, based on tourism and heritage potential of the Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero. We will bring to the surface what we consider good opportunities and potential for the development of these border regions, highlighting the fact that the results of the dynamism applied to the Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero, amount to capital gains for the global betterment that any political policies may try to achieve for this region.

Keywords: Tourism, Natural Parks, Regional Development.

Resumo

O turismo é considerado um fenómeno de singular importância na vivência estrutural da sociedade. Desde as remotas viagens do homem pré-histórico, até finais do século XVIII, quando tiveram início os primeiros fluxos turísticos e depois até aos anos cinquenta do século XX, este fenómeno evoluiu e adquiriu cada vez mais importância socioeconómica e para o desenvolvimento regional em especial as regiões raianas de Portugal.

A constatação do avanço económico e social de certas regiões ancorado em práticas de actividades turísticas, lado a lado com a sua riqueza patrimonial, sempre colocou interrogações relativas à inexistência de igual desenvolvimento verificado noutras regiões semelhantes ou até superiores em recursos indutores de evolução positiva da respectiva população e até do seu progresso integrado.

Pretende-se com este trabalho analisar e discutir o contributo da actividade turística para o desenvolvimento regional com base nas potencialidades patrimoniais e turísticas que o Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero possui. Afloramos aquilo que classificamos de boas oportunidades e potencialidades de desenvolvimento destes territórios raianos, salientando que os resultados da dinamização do Parque Natural do Douro Internacional, constituiriam mais valias na globalidade da riqueza que todas as práticas políticas visarem obter na região.

Palavras-chave: Turismo, Parques Naturais, Desenvolvimento Regional.

1. Introdução

A actividade turística, altamente competitiva, tem sido influenciada por diferentes condições geográficas, sociais, políticas, culturais e, não menos importantes, económicas acarretando um importante número de decisões estratégicas a tomar em cada área de destino, tais como, os tipos de atracções, os tipos e quantidade de alojamentos, meios e modos de transporte, tipo de projectos de promoção, entre outros. Por outro lado, do ponto de vista económico, a satisfação das motivações e das necessidades dos turistas exige a existência ou criação de infra-estruturas, de organizações de distribuição e comercialização do produto turístico, da produção ou importação de bens alimentares, produtos de artesanato e artigos de desporto e lazer. Dada a incidência intersectorial e inter-regional que caracteriza as múltiplas actividades, directa ou indirectamente, relacionadas com os movimentos turísticos, torna-se essencial a criação e implementação de uma política turística, implicando a necessidade de planeamento estratégico, organização e gestão, as quais poderão beneficiar com o grau de conhecimento do sector, de cada região, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional.

É neste contexto que surge o presente trabalho de investigação, onde se procurou aprofundar o conhecimento do sector turístico, do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero, com vista a analisar a dinâmica da actividade turística e qual a sua contribuição para o desenvolvimento regional com base nas potencialidades patrimoniais e turísticas que o parque oferece.

Assim, o trabalho encontra-se dividido em quatro pontos. Após, efectuada uma breve introdução à especificação do objectivo pretendido; no segundo ponto, irá fazer-se uma apresentação de carácter teórico, designadamente, uma revisão bibliográfica dos Espaços Naturais Protegidos, e no terceiro ponto, uma abordagem a questões conceptuais relativas entre turismo e desenvolvimento regional. No quarto ponto e após a caracterização, enquadramento e diagnóstico do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero, de que resultou a respectiva análise *SWOT*, apresentam-se algumas orientações estratégicas de desenvolvimento regional para a área protegida em análise. Por último, apresentar-se-ão as principais conclusões do presente trabalho de investigação.

2. Revisão da Literatura

2.1. Espaços Naturais Protegidos

Os espaços naturais podem ser associados a lugares com valores excepcionais do ponto de vista de recursos naturais e paisagísticos. Normalmente, estes espaços são possuidores de património cultural e histórico que merecem uma atenção especial pela sua natureza. A expressão ‘espaço natural’ ou ‘área protegida’ conduz, por vezes, a diferentes interpretações que podem gerar alguma dificuldade de entendimento dos respectivos conceitos.

De acordo com Heras (1999:105), um ‘espaço natural’ pode ser entendido como uma *“zona de terra e/ou mar especialmente dedicada à protecção da diversidade biológica dos recursos naturais e culturais associados”*.

Por seu turno, Ors (1999:37) entende que os espaços naturais correspondem a *“áreas naturais, pouco transformadas pela exploração e ocupação humana que, pela beleza das suas paisagens, a representatividade dos seus ecossistemas ou a singularidade da sua flora, fauna e das formações geológicas, possuem valores ecológicos, estéticos, educativos e científicos cuja preservação merece atenção especial”*.

Em sentido mais estrito, são considerados espaços naturais as áreas do globo onde a actividade humana não ocorreu. Estes espaços coincidem com ecossistemas cuja evolução ocorreu no seu ambiente natural original e são espelho do estado de virgindade do território antes de qualquer intervenção humana e *“mantém um nível de conservação dos seus valores naturais bastante elevado e são reservatórios de recursos naturais”* (Blasco, 1999:179).

No que concerne às áreas protegidas, Blasco (1999) entende que estas correspondem a espaços que detêm valores ambientais excepcionais e com potencial atractivo. Estes espaços naturais protegidos implicam a existência de instrumentos legais, nacionais e internacionais gestão, protecção e salvaguarda. Esta concepção revela que os elementos naturais, humanos, monumentais e arquitectónicos integram um sistema natural que importa salvaguardar.

Em síntese e tendo por base a definição da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), esta considera que as áreas protegidas são *“uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção da natureza e manutenção da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e os recursos culturais*

associados, e utilizada através de meios jurídicos e outros meios eficazes” (IUCN, 1994:12).

Na actualidade a valorização de funcionalidades das áreas naturais entre as quais se destacam o desfrute da sua beleza, a interpretação ambiental, a capacidade para restaurar o vigor físico, intelectual ou emocional, as actividades turísticas, a investigação científica são algumas das realidades presentes nas áreas naturais protegidas.

2.2. Génese das Áreas Naturais Protegidas

As áreas naturais protegidas foram criadas pela sociedade cujos objectivos foram variando ao longo dos tempos e na geografia mundial. Estes espaços surgiram em ocasiões particulares de cada sociedade (Eagles *et al.*, 2002) e constituem um instrumento cultural com uma longa história (IUCN, 2002). Recuando um pouco na história poder-se-á encontrar indícios de que os homens sempre deram grande valor a espaços geográficos com características especiais.

Assim, em 1864 foi declarado o espaço natural protegido de Yosemite (Mendigorri, 2002). Posteriormente, em 1872, foi anunciado a criação do Primeiro Parque Nacional em Yellowstone, localizado entre os estados de Montana, Wyoming e Idaho (Blasco, 1999), considerada como a data simbólica do início da primeira rede de espaços naturais protegidos do mundo. A Yellowstone seguiu-se Sequoia (1890), General Grant (1890) e Mount Rainier (1899) (IUCN, 2002).

Com estas medidas foi *“dado o primeiro passo para a enunciação e a institucionalização de uma nova postura na utilização dos recursos naturais, nomeadamente dos largos espaços que ainda não tinham sido objecto de exploração humana. Esta nova postura reconhece a existência dos valores cénico, científico e natural que esta áreas têm para a população em geral, assim como o valor que a sua preservação tem, ou poderá ter, para as gerações futuras”* (Mendes, 1996:12).

Depois da América do Norte, a prática de criação de ‘áreas protegidas’ foi crescendo e propagou-se, em finais do século XIX, ao Canadá, aos países anglo-saxónicos da África Austral, à Oceânia que seguiram o exemplo e iniciaram a mesma trajectória dos Estados Unidos.

O Canadá, pela proximidade geográfica e afinidade com o país vizinho, adoptou a nova filosofia de conservação criando os Parques Nacionais de Waterton Lakes, em 1885, Glacier, em 1886, e Banff, em 1877 (Mendigorri, 2002).

A Austrália, possuidora de extensos territórios, seguiu os exemplos anteriores com a criação de vários Parques Nacionais nos últimos anos do século XIX: Parques Nacionais de Royal, Belair, Ku Ring Gai Chase, Wilson's Promontory e Mount Buffalo.

Na Europa este movimento teve início apenas nos primeiros anos do século XX, na esteira do desenvolvimento das iniciativas já produzidas noutros países como já se referiu.

No período entre as duas grandes guerras e após 1945 verificou-se uma expansão quase universal de iguais iniciativas, até ao presente (Mesplier & Duraffour, 2000). Após a Segunda Grande Guerra as preocupações com a preservação dos recursos naturais e ambiente elevam-se a níveis mais altos.

Uma das Organizações que mais se destaca no panorama mundial é a União Mundial para a Conservação da Natureza, fundada em 1948 em França. O seu aparecimento permitiu a proliferação de medidas, acções e recomendações para a criação de espaços protegidos (Silva, 1999). Segundo esta organização a importância dos espaços protegidos pode ser verificada pela função que lhes é atribuída: *“manutenção da diversidade de ecossistemas, espécies e recursos genéticos silvestres e proteger as grandes áreas naturais do mundo pelo seu valor intrínseco e como fonte de inspiração e esparecimento. Os espaços protegidos estabelecem-se para salvaguardar exemplos notáveis de património natural, pelo seu valor intrínseco, para conservar os sistemas sustentadores da vida e para o desfrute do ser humano”* (IUCN, 2003:20).

A IUCN através da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas tem proporcionado apoio internacional no que concerne à criação e gestão dos espaços naturais protegidos no mundo. A sua colaboração internacional norteia-se por diversos objectivos, nomeadamente alertar os governos para a tomada de consciência da importância das áreas protegidas.

Uma das iniciativas da Organização Mundial para a Conservação da Natureza foi a clarificação e definição do conceito de 'Parque Nacional', em 1969. Na sua 10ª Assembleia Geral, realizada em Nova Deli, Índia, ficou expresso que *“Parque Nacional é uma área relativamente grande, onde um ou vários ecossistemas não estão alterados,*

materialmente, pela exploração e ocupação humana, onde plantas e espécies animais, sítios geomorfológicos e habitats são de especial interesse científico, educativo e recreativo ou que possua uma paisagem natural de grande beleza; onde as autoridades governativas promoveram acções para prevenir ou eliminar, no menor tempo possível, a exploração ou ocupação da área e, efectivamente, reforcem os parâmetros ecológicos, geomorfológicos ou características estéticas que objectivaram o seu estabelecimento e onde as visitas sejam permitidas, sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos” (Silva, 1999:35).

Foi, assim, o ponto de partida para um laborioso trabalho, levado a cabo por especialistas, para a elaboração de uma nomenclatura de classificação de áreas protegidas.

Em 1972, realizou-se a 2ª Conferência Internacional Mundial de Parques Naturais, que teve lugar nos Parques Nacionais de Yellowstone e Grand Teton, nos Estados Unidos, acontecimento coincidente com as comemorações do centenário de criação de Yellowstone. No mesmo ano, ocorreu a Assembleia Geral da IUCN (Mendes, 1996).

No decorrer destes e outros acontecimentos foram discutidas várias problemáticas, nomeadamente a necessidade de elaborar um sistema classificativo de ‘áreas protegidas’ normalizado e que fosse reconhecido pelos estados membros e internacionalmente (IUCN, 1994).

Actualmente, o sistema contém cinco categorias com terminologia e disposição simplificada.

De acordo com aquela organização para todas as categorias de ‘áreas protegidas’ foram definidos objectivos gerais e de utilização, dos quais se destacam:

- *“Conservar a diversidade ecológica, para assegurar o rol de diversidade natural na regulação do ambiente;*
- *Desenvolver actividades de educação e investigação e monitores do ambiente;*
- *Promover oportunidades de recreação e turismo;*
- *Proteger e valorizar a herança cultural, histórica e arqueológica dos povos;*
- *Proteger e utilizar recursos paisagísticos que assegurem a qualidade ambiental envolvente das populações, cidades, vias de comunicação, rios e áreas afectas ao turismo e recreação;*

- *Orientar e organizar as actividades de conservação que permitam o desenvolvimento integrado das áreas rurais*” (IUCN, 2002:10).

Segundo a IUCN (2003) e tendo em conta as diferentes combinações que os objectivos então definidos proporcionam foram estabelecidas diversas categorias de áreas protegidas. A saber:

I - Protecção Integral (ex: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre)

II - Conservação de Ecossistemas e Turismo (ex: Parque Nacional)

III - Conservação das Características Naturais (ex: Monumento Natural)

IV - Conservação através de Administração Activa (ex: Área de Gestão de Habitats/Espécies)

V - Conservação de Paisagens Terrestres, Marinhas e Recreio (ex: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas)

VI - Utilização Sustentada dos Ecossistemas Naturais (ex: Área Protegida com Recursos geridos)” (IUCN, 2002:10).

A tabela seguinte ilustra a relação entre os objectivos de utilização e as diferentes categorias estabelecidas pela IUCN.

Tabela 1: Matriz de objectivos e categorias de utilização de Áreas Naturais Protegidas.

OBJECTIVOS DE UTILIZAÇÃO	Categorias de Áreas Protegidas						
	Ia	Ib	II	III	IV	V	VI
Investigação Científica	3	2	2	2	2	3	
Protecção de Zonas Silvestres	1	2	3	3	-	2	
Preservação das espécies e diversidade genética	1	2	1	1	1	2	1
Manutenção dos serviços ambientais	2	1	1	-	1	2	1
Protecção das características naturais e culturais específicas	-	-	2	1	3	1	3
Turismo e recreação	-	2	1	1	3	1	3
Educação	-	-	2	2	2	2	3
Utilização sustentada dos recursos derivados de ecossistemas naturais	-	3	3	-	2	2	1
Manutenção das características culturais e tradicionais	-	-	-	-	-	1	2

Notas: 1) Objectivo principal; 2) Objectivo secundário; 3) Objectivo potencialmente aplicável; - Não se aplica.

Fonte: IUCN (2002:11).

Para cada uma das categorias referidas, anteriormente, apresenta-se, em seguida, alguns aspectos relativamente à classificação de áreas protegidas. Assim, tem-se para:

- **Categoria I**, denominada ‘**Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre**’ corresponde a áreas protegidas geridas principalmente com fins científicos e de protecção da natureza. Esta categoria encontra-se subdividida na **Categoria Ia** que

corresponde a **Reserva Natural Estrita**: área protegida gerida principalmente com fins científicos (IUCN, 2002:10). Ainda, a mesma, subdivide-se numa outra designada por **Categoria Ib** com denominação de '**Área Natural Silvestre**'. Esta área protegida é utilizada principalmente com fins de protecção da natureza (IUCN, 2002).

- **Categoria II** foi definida a designação de '**Parque Nacional: Área Protegida utilizada principalmente para a conservação de ecossistemas e fins de recreio**'. Estes espaços, de acordo com a definição preconizada pela IUCN são "*áreas terrestres e/ou marinhas designadas para a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações actuais ou futuras; b) excluir os tipos de exploração e ocupação que sejam hostis com o propósito para as quais foram classificadas; c) proporcionar um espaço para actividades espirituais, científicas, educativas, recreativas e turísticas, actividades que devem se compatíveis desde o ponto de vista ecológico e cultural*" (IUCN, 1994:12; 2002:10).

- **Categoria III** é definida pela designação de '**Monumento Natural**', uma área protegida utilizada principalmente para a conservação de características naturais específicas. São "*áreas que contém uma ou mais características naturais ou naturais/culturais específicas de valor destacada ou excepcional pela sua riqueza implícita, suas qualidades representativas ou estéticas ou pela sua importância cultural*" (IUCN, 2002:10).

- **Categoria IV** mereceu a denominação de '**Áreas de Manutenção de Habitats/Espécies: Área protegida utilizada especialmente para a conservação**'. Estes espaços correspondem a uma "*Área terrestre/e ou marinha sujeita a intervenção activa com fins de uso, para garantir a manutenção dos habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies*" (IUCN, 2002:10).

- **Categoria V** foi definida a designação de '**Paisagem Terrestre e/ou Marinha Protegida: Área protegida gerida principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos**'.

- **Categoria VI** se designa de '**Área Protegida com Recursos Geridos: área protegida utilizada principalmente para a utilização sustentável dos ecossistemas naturais**'. De acordo com a IUCN (2003:23), incluem-se nesta categoria "*áreas que contém predominantemente sistemas naturais não*

modificados, que é objecto de actividades de utilização para garantir a protecção e a manutenção da diversidade biológica a longo prazo (...)”.

Este sistema foi elaborado de forma a poder proporcionar uma base de comparação internacional e foi concebido para ser utilizado por diferentes países.

3. Turismo como Factor de Desenvolvimento Regional

As alterações sociais económicas ocorridas ao longo das últimas décadas tiveram reflexos consideráveis em alguns ambientes rurais periféricos ou ultraperiféricos. Dificuldades de adaptação às novas tecnologias, desequilíbrios demográficos, êxodo rural com o conseqüente despovoamento de alguns aglomerados populacionais que lutam, hoje em dia, pela sua sobrevivência. Muitos destes territórios possuem um vasto património natural e cultural, onde o desenvolvimento de determinadas tipologias de turismo pode constituir uma forte expectativa de crescimento quando está unido ao recurso património.

Após décadas de grande desenvolvimento o turismo continua a desempenhar uma função importante nas sociedades mais desenvolvidas. Do ponto de vista económico é gerador de receitas entre os países mais desenvolvidos e os economicamente mais débeis. Potencia rendimento, emprego e pode contribuir para a redução das assimetrias territoriais dos países.

A actividade turística pode produzir duplo efeito nas economias locais. Efeitos directos que são as receitas resultantes das despesas efectuadas, pelos visitantes e turistas, nos equipamentos existentes. Por outro lado, os efeitos indirectos, relacionam-se com as despesas efectuadas pelos prestadores de serviços turísticos e equipamentos, na aquisição de bens e outros serviços.

Além das mais valias económicas que o turismo proporciona, em muitos casos, também exerce forte influência na esfera cultural e social das áreas receptoras.

O turismo deve considerar-se, ainda, um ‘elemento chave’ no ordenamento do território constituindo um factor para desenvolvimento das áreas rurais. Neste sentido, o turismo deve utilizar os recursos locais, mas numa perspectiva de desenvolvimento de longa duração, em que haja benefícios quer para aqueles que praticam turismo quer para quem o acolhe.

Como força económica de grande importância à escala mundial e, particularmente, ao nível local e regional, deve ser incluído nas estratégias de planeamento social e económico das regiões mais deprimidas.

Neste sentido, muitos agentes políticos locais e regionais devem dar ênfase ao planeamento e desenvolvimento do turismo local como uma tentativa de travar o enfraquecimento demográfico e económico que é característico das regiões do interior de país, particularmente os concelhos raianos onde se insere o Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero.

Actualmente, o crescimento das actividades turísticas em espaços rurais e espaços naturais protegidos está associado a modelos de desenvolvimento em que deve haver compatibilização com a conservação ambiental e o uso racional dos recursos. Resulta, daí, que o turismo deva ser desenvolvido de acordo com princípios do ‘Desenvolvimento Sustentável’¹ entendido como “*um desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações actuais sem por em perigo a satisfação das necessidades das gerações futuras*” (CE, s/d:1) e dos princípios da preservação da natureza.

O termo ‘Desenvolvimento Sustentável’, amplamente divulgado e inserido em diversos âmbitos da sociedade, também se aplica ao desenvolvimento do turismo. Sobre este tema, a OMT entende que o “*desenvolvimento turístico sustentável cobre as necessidades actuais dos turistas e as regiões de acolhimento, protegendo e melhorando as perspectivas do futuro. Projecta uma imagem de integração de gestão de todos os recursos de modo que fiquem cobertas as necessidades económicas, sociais, e estéticas, mantendo ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas vivos*” (CE, s/d:5).

Apesar dos benefícios que o turismo produz, o seu “*desenvolvimento não pode ser levado a cabo a qualquer preço, nomeadamente sem respeitar a sua dimensão ambiental, social ou económica, isto é, sem sustentabilidade. Por isso já hoje se defende que a qualidade do turismo só pode ser garantida com a sustentabilidade do seu desenvolvimento*” (Vieira, 2007:53).

¹ O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado pela primeira vez em 1987. Nesse ano é publicado um relatório de trabalho (relatório Brundtland) efectuado no âmbito da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O grupo de trabalho presidido pela ex-primeira-ministra Norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou o conceito de Desenvolvimento sustentável.

Somos da opinião que o progresso do turismo deve ser mantido sobre critérios de sustentabilidade. Para que se possa atingir e garantir essa sustentabilidade deve ser ecologicamente e culturalmente respeitável e economicamente viável do ponto de vista social para as populações locais.

De acordo com os princípios de sustentabilidade, expressos em diversos estudos, o desenvolvimento do turismo, segundo essa perspectiva, pode trazer fortes benefícios no quadro ambiental, social e económico.

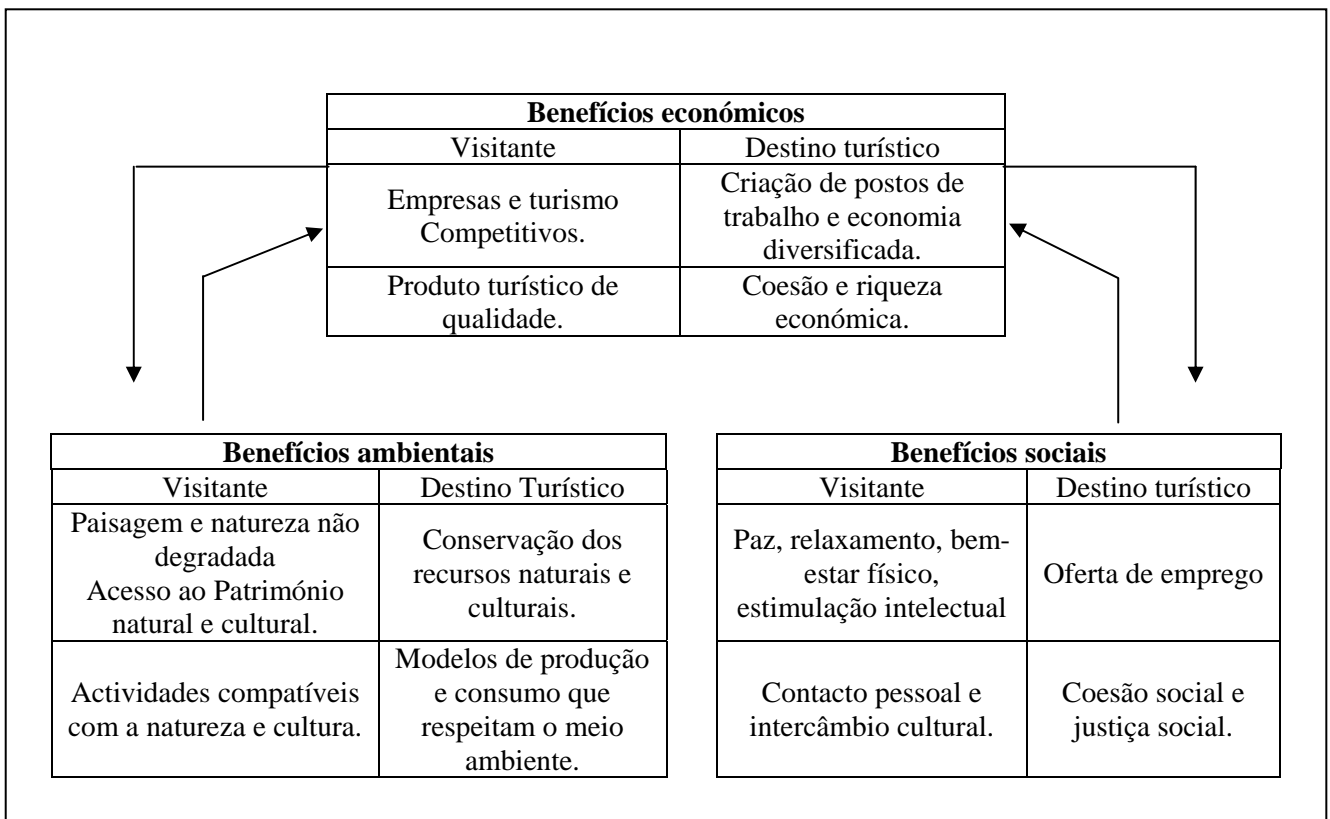


Figura 1: Benefícios do Turismo Sustentável.

Fonte: CE (s/d:5).

A figura anterior ilustra os diversos benefícios que o turismo aglutina quando se promove de uma forma sustentada. No domínio ambiental é evidente a qualidade dos recursos que estão na base das actividades turísticas e devem ser compatíveis com a natureza e meio ambiente.

Estudos recentes indicam que os fluxos turísticos com destino a lugares onde a natureza e cultura é um património presente são cada vez mais crescentes e as actividades turísticas que aí se podem desenvolver são diversas e satisfazem um amplo conjunto de necessidades dos turistas.

Diversos países têm nos seus recursos naturais (áreas protegidas) o principal elemento de atracção turística e desempenham um papel importante no seu desenvolvimento económico e social. Assim, as actividades turísticas em espaços naturais protegidos são potenciais geradoras de benefícios económicos consideráveis.

Neste contexto, considerou-se pertinente destacar a possibilidade de utilização destas áreas protegidas como factor de desenvolvimento regional e nacional. É um elemento importante pelo facto de estes espaços naturais poderem constituir uma mais valia para áreas rurais que possuem fragilidades do ponto de vista económico e social.

Sobre este aspecto partilha-se da opinião que turismo *“pode ser um instrumento para proteger e recuperar o meio ambiente, mediante um processo de desenvolvimento integrado e dinâmico e de partilha de responsabilidades”* (Batouxas, 2002:1).

Entende-se assim, que o combate a estas dificuldades pode e deve ser encontrado na valorização dos recursos, no património natural e cultural que estes territórios detêm e no mobilizar de capacidades de desenvolvimento endógeno para que estes espaços possam alcançar níveis de desenvolvimento idênticos às outras regiões. Na esteira de alguns autores considera-se que é necessário *“entender o processo de evolução de crescimento negativo ou estagnação económica”* (Coimbra, 2002:18) tentando, também, identificar as potencialidades que podem ser exploradas para um desenvolvimento sustentável.

Contudo, o desenvolvimento sustentável do turismo não poderá ser entendido como elemento único na definição de modelos e estratégias de desenvolvimento nem deve ser encarado como panaceia para as debilidades que enfrentam as regiões mais deprimidas ou o motor principal para o progresso, (Coimbra, 2002). O turismo deve ser equacionado no âmbito de estratégias alargadas a outros domínios. Por outro lado, as intervenções devem ser feitas em conjunto com todas as forças interessadas no seu desenvolvimento, quer aqueles que detêm a capacidade produtiva quer os que possuem responsabilidades de decisão.

4. Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero

4.1. Breve Caracterização do Parque

Os espaços naturais protegidos são territórios estabelecidos com a finalidade, principal, de preservação e conservação da natureza. Em determinadas situações procura-se

preservar um conjunto singular ou então uma área da natureza privilegiada. Noutros casos, a preocupação é a manutenção das actividades humanas que estão em perfeita harmonia com os valores naturais.

O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e Parque Natural Arribes del Duero (PNAD) são áreas naturais que satisfazem estas premissas. Foi neste sentido, que estes espaços naturais foram alvo de um processo de classificação de espaços naturais protegidos. São espaços possuidores de um vasto património natural e as actividades humanas que ao longo dos séculos se foram desenvolvendo resultaram num vasto espólio cultural. A conjugação destes valores patrimoniais conduziu a que estes espaços obtivessem a classificação de áreas naturais protegidas.

Assim, o Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de Maio criou o Parque Natural do Douro Internacional. No seu preâmbulo assinala-se que *“Ao longo de mais de 130 quilómetros o Rio Douro e seu afluente Águeda constituem a fronteira natural entre Portugal e Espanha. Neste troço o vale do Douro assume devido à sua geomorfologia uma estrutura de canhão fluvial, com declivosas vertentes, ditas arribas, onde abundam os afloramentos rochosos. Este enclave orográfico de características únicas em termos geológicos e climáticos condicionou as comunidades florística, faunística e as actividades rurais”*.

Este espólio natural associado à presença e actividade humana e ao património cultural local configuram este espaço como um local com características muito próprias que é necessário preservar. Estamos, portanto, na presença de um conjunto de elementos de grande valor patrimonial que conduziram à classificação deste espaço natural.

No país vizinho, o espaço natural das Arribas del Duero foi, numa primeira fase, catalogado como Zona Especial de Protecção para as Aves, de acordo com a Directiva Aves 79/409/CEE de 21 de Maio. Em fase posterior a Lei 8/1991 dos Espaços Naturais da Comunidade de Castela a Leão fundamentou o Plano de Espaços Naturais Protegidos de Castela e Leão. No conjunto de espaços naturais protegidos incluídos neste Plano foi consignado o das Arribes del Duero.

No seguimento deste processo em 2002, a Lei 5/2002 estabelece a criação do Parque Natural de Arribes del Duero e as suas finalidades centram-se em *“Contribuir para a conservação e melhoria dos seus ecossistemas naturais e valores paisagísticos em harmonia com os usos, direitos e aproveitamentos tradicionais e com a realização de*

actividades educativas, científicas, culturais, recreativa, turísticas ou sócio económicas compatíveis com a protecção dos espaços. Garantir os direitos históricos da população, procurando o seu aumento na medida do possível, assim como a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar social.”

Relativamente ao Parque Natural do Douro Internacional, o seguinte texto é elucidativo do seu grande valor:

“O Parque Natural do Douro Internacional é verdadeiramente a Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis.

O rio Douro corre soberbo por entre desfiladeiros magníficos e austeros e o céu espelha-se esplendoroso naquele espelho de águas calmas e mensageiras do diálogo ancestral entre o homem e a natureza.

O silêncio fala-nos doutros tempos e doutras culturas e só o voo picado e os gritos das aves de rapina nos dizem que a vida existe e é preservada, para que os vindouros possam contemplar espécies raras que ainda habitam em ecossistemas ideais.

Por entre fragedos hercúleos, uma vegetação virgem desafia as leis do equilíbrio e da sobrevivência e os verdes, os castanhos e os vermelhos de infíndos arbustos e plantas enfeitam a paisagem, testemunho da boa vizinhança entre portugueses e espanhóis.

Sem dúvida, este Parque Natural é verdadeiramente uma escola de vida onde a natureza é preservada e as espécies vivas mantidas no seu ambiente natural sem poluição sonora, sem grandes intervenções humanas, numa conjugação perfeita entre os interesses das populações e a preservação de memórias e formas de vida genuínas” (ICN, 2002:4).

Neste seguimento, uma das características que mais se destaca nestes espaços naturais é a sua diversidade de ecossistemas resultantes, por um lado, da sua posição numa zona de transição entre regiões climáticas mediterrânea e atlântica e as diferenças de altitude que ocorrem na área. Todo o conjunto constitui um elemento geográfico natural, histórico e cultural de grande valor patrimonial.

Os Parques Naturais do Douro Internacional e Arribes del Duero localizam-se no troço fronteiro do Rio Douro, ver Figura 2. Estes espaços naturais são detentores de um grande contraste morfológico que associado ao clima se traduz numa grande diversidade ecológica, paisagística e por uma grande variedade de habitats.

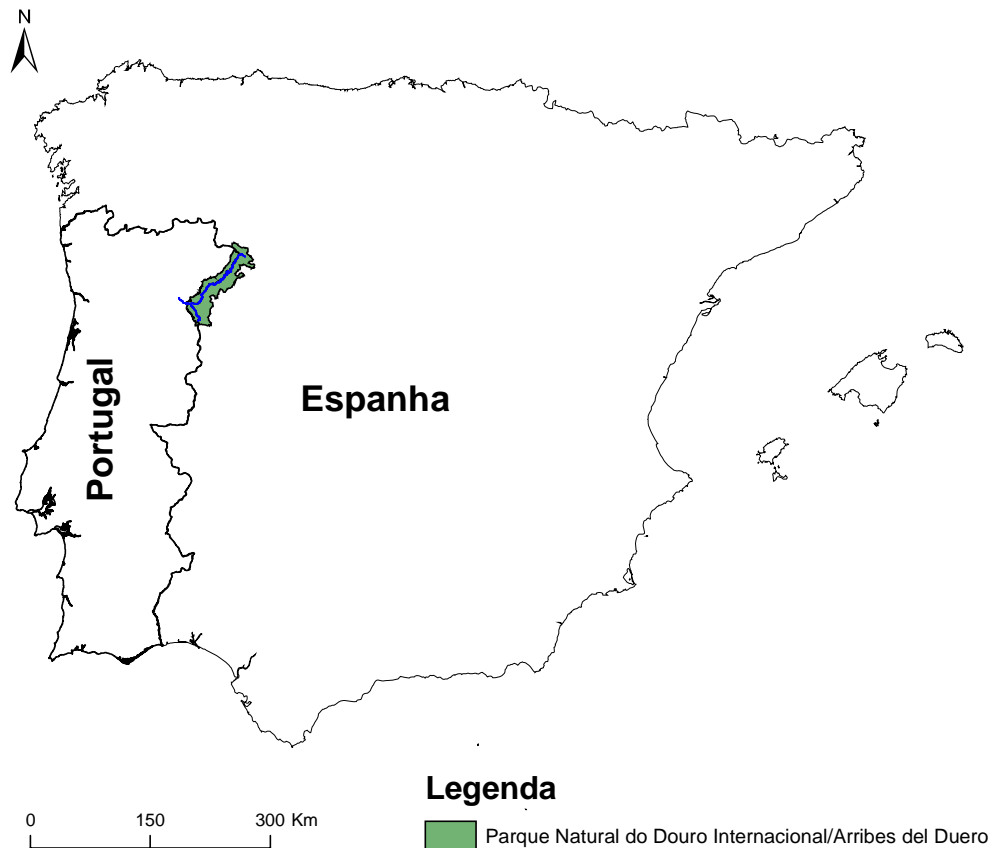


Figura 2: Localização do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero.

Fonte: Elaboração própria com base na cartografia do IGP (Portugal).

O PNDI ocupa uma área de 85.150 ha, e situa-se nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta, abrangendo os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo, ver Figura 3. Em território espanhol, o Parque Natural das Arribes del Duero localiza-se a Ocidente da Comunidade Autónoma de Castela e Leão nas províncias de Salamanca e Zamora e tem uma área total de 170.000 ha (Figura 3).

Todo este espaço natural protegido apresenta características físicas que o dotam de uma beleza inigualável. A diversidade e a riqueza são duas características desta vasta área onde se inserem os parques naturais. A presença desta diversidade leva a que seja

considerada uma das regiões europeias com maior índice de biodiversidade (Castilla y León, 2002).

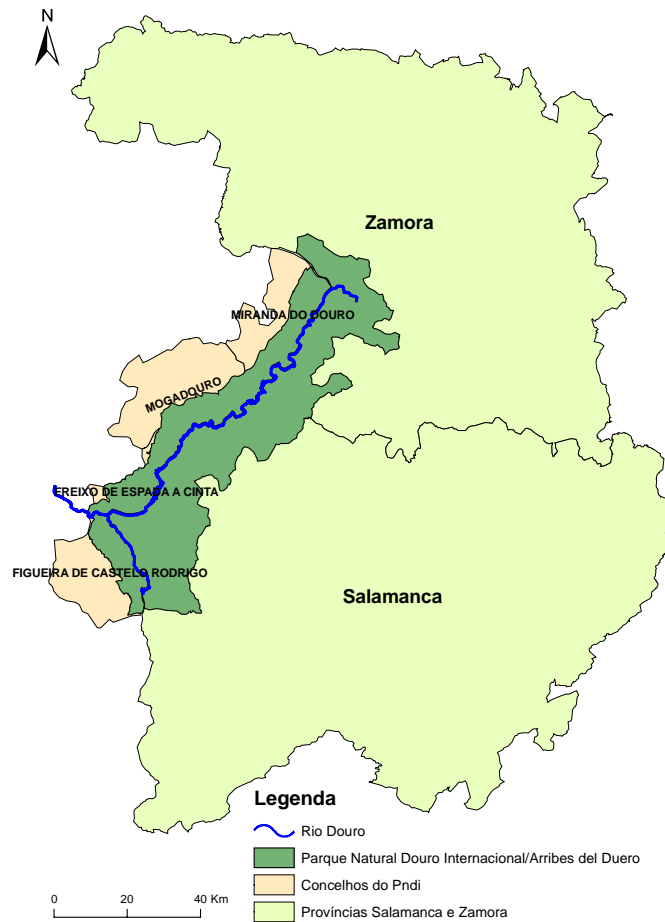


Figura 3: Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero.

Fonte: Elaboração própria com base na cartografia do INE (Espanha).

4.2. Dinâmicas Populacionais: Breve caracterização

Estes espaços fronteiriços possuem características demográficas com especificidades próprias. Neste contexto, apresenta-se uma breve caracterização demográfica de ambos os territórios.

Relativamente à evolução da população, a Tabela 2 e Figuras 3 e 4, demonstram a dinâmica de variação demográfica verificada em ambos os territórios no período compreendido entre 1991 e 2001.

Tabela 2: População Residente em 31.XII, Censos de 1991 e de 2001.

PARQUES NATURAIS	1991	2001	TVMA
Douro Internacional/Arribes del Duero	605.373	575.324	-1,3%
Miranda do Douro	8.697	8.048	-1,9%
Mogadouro	12.188	11.235	-2,0%
Freixo de Espada à Cinta	4.914	4.184	-3,9%
Figueira de Castelo Rodrigo	8.105	7.158	-3,1%
Zamora	213.668	199.090	-1,8%
Salamanca	357.801	345.609	-0,9%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE de Portugal e Junta de Castilla y León, Espanha.

Analisando os valores apresentados, anteriormente, verifica-se que em ambos os territórios ocorreu um decréscimo populacional. A perda de efectivos demográficos caminha no sentido regressivo em ambos os países. Pela leitura da taxa de variação média anual (TVMA)², pode observar-se que o Douro Internacional apresentou uma variação média anual negativa de 1,3%. Os concelhos Freixo de Espada à Cinta, Figueira Castelo Rodrigo e Mogadouro foram os que mais contribuíram para esse decréscimo, com -3,9%, -3,1% e -2%, respectivamente.

No que concerne à densidade populacional é heterogénea em ambos os territórios. Do ponto de vista de evolução constata-se uma diminuição ao longo do período em análise em ambos os países.

Em 1991, Salamanca apresentava maiores densidades populacionais (30 hab/km²) face aos quatro concelhos portugueses e a província de Zamora. Figueira Castelo Rodrigo regista, nesse ano, o valor mais reduzido do indicador com 15,9 hab/km² (Figura 4).

² Taxa de Variação Média Anual_(de t a t+k) = $r_{t+k,t} = \sqrt[k]{\left(\frac{X_{t+k}}{X_t}\right)} - 1$, (Chaves *et al.*, 2000).

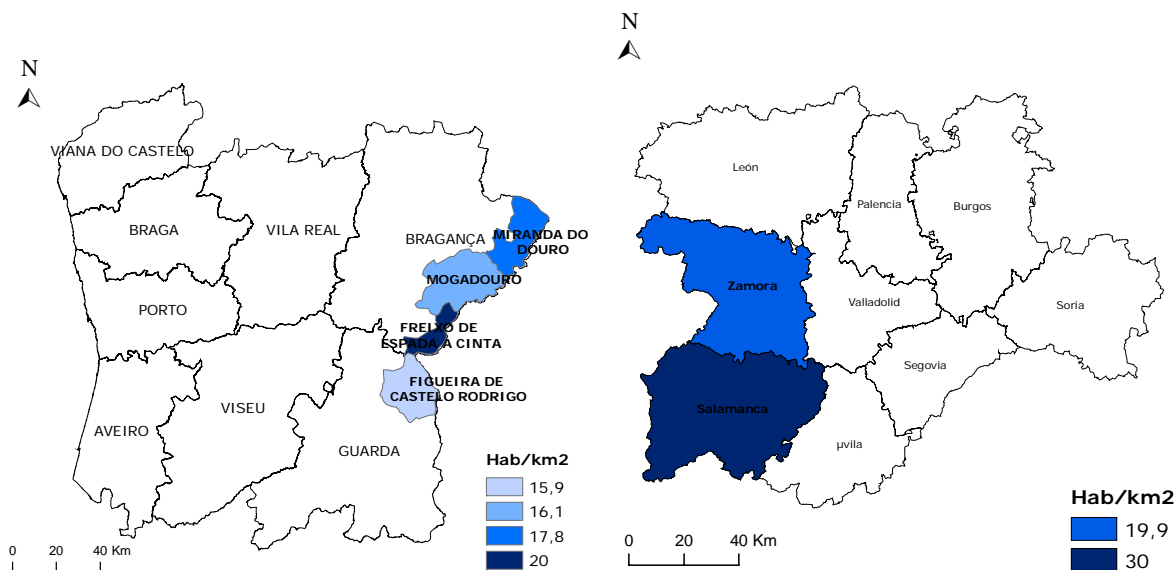


Figura 4: Densidade Populacional para os PNDI e PNAD, em 1991.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE de Portugal e Espanha e na cartografia do IGP.

Para o ano de 2001, Salamanca é, igualmente, a província mais densamente povoada, com 28,2 hab/km², seguida pela província de Zamora com uma densidade populacional de 18,9 hab/km². No extremo oposto encontra-se Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo com 14,1 hab/km² (Figura 5).

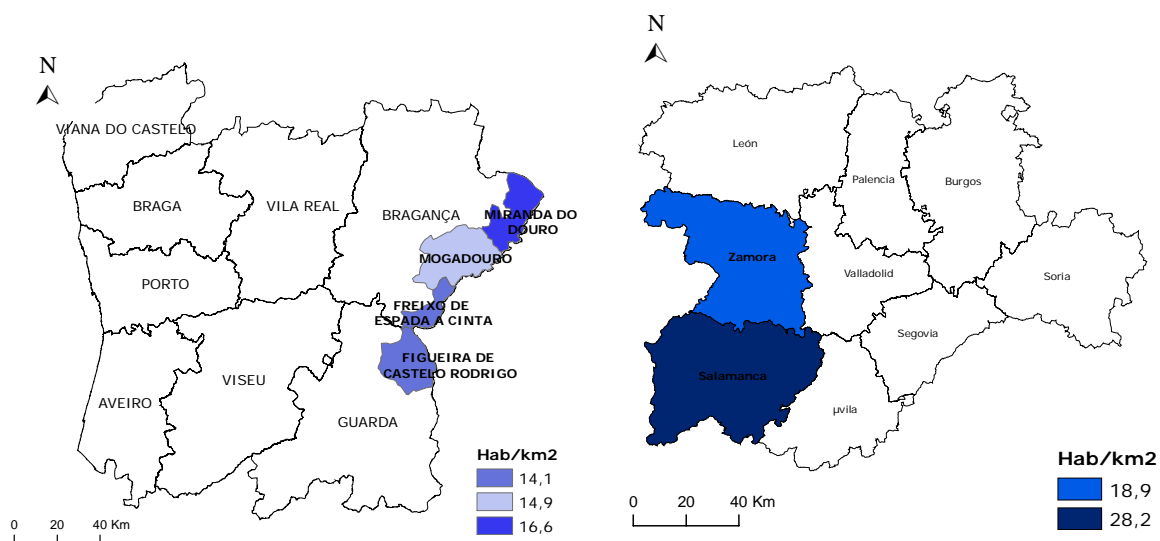


Figura 5: Densidade Populacional para os PNDI e PNAD, em 2001.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE de Portugal e Espanha e na cartografia do IGP.

A análise das Figuras 4 e 5, permite concluir, como já foi referido, que a área em estudo denunciou um preocupante decréscimo populacional nas últimas décadas. Esta redução deve ser compreendida num quadro regressivo que se tem verificado nas últimas décadas do século XX e, conseqüentemente, na diminuição das densidades populacionais.

4.2. Contribuições da Actividade Turística

Por forma a analisar a dinâmica do turismo no Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero, sob os pontos de vista da oferta e da procura, efectua-se uma análise a alguns indicadores da hotelaria e a alguns índices turísticos. Para a análise teve-se como base a informação estatística facultada pelos Institutos Nacionais de Portugal e de Espanha, reportando-se os dados apresentados e tratados aos anos de 2000 e 2004.

Ao longo do texto e para uma leitura imediata os concelhos/provínias vão designar-se por: MIR, Miranda do Douro; MOG, Mogadouro; FEC, Freixo de Espada à Cinta; FCR, Figueira de Castelo Rodrigo; ZAM, Zamora; SAL, Salamanca e PNDIAD, Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero. De salientar ainda, que todos os dados que se apresentam correspondem aos Concelhos (em Portugal) e Provínias (Espanha) no seu computo geral. Optou-se por esta solução pelo facto de se tornar difícil recolher dados desagregados, quer para as Freguesias (Portugal) quer para os Municípios (Espanha) que integram o Parque Natural.

Seguindo esta linha de raciocínio, na Tabela 3, apresenta-se um resumo de alguns indicadores que permitem avaliar a actividade turística no Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero. Assim, pode observar-se que quase todas as variáveis apresentaram aumentos de 2000 para 2004, e apenas as variáveis número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento apresentaram diminuições, de 90 estabelecimentos e 374 camas, respectivamente, de 2000 para 2004. Contribuíram para este decréscimo, essencialmente as provínias de Zamora com a redução de 49 estabelecimentos, correspondendo a 120 camas, seguindo-se Salamanca com 41 estabelecimentos (342 camas). Analisando as dormidas verifica-se que a procura cresceu de forma expressiva (265.472 dormidas, correspondendo a 229.411 hóspedes), particularmente, através de dormidas de hóspedes nacionais, observando-se que a estada média global passou cerca de 1,7 noites de permanência em 2000 para 1,8 noites em

2004. Dado este indicador ser baixo, poder-se-á concluir que os turistas têm vindo a preferir fazer viagens mais vezes ao ano, procurando maximizar a sua satisfação com estadas mais curtas. Observa-se ainda, para este último indicador, que apenas a província de Salamanca ultrapassa a estada média global, em ambos os anos, em 0,1 noites. A taxa de ocupação-cama registou, em termos absolutos, um acréscimo de 5p., contribuindo para este aumento as províncias de Zamora e Salamanca.

Tabela 3: Tabela Resumo da Actividade Turística para o PNADIAD.

INDICADORES GERAIS	Ano de 2004							Ano de 2000						
	TOTAL	MIR	MOG	FEC	FCR	ZAM	SAL	TOTAL	MIR	MOG	FEC	FCR	ZAM	SAL
<i>N.º de Estabelecimentos</i>	291	7	2	-	2	88	192	381	6	3	-	2	137	233
<i>Capacidade de Alojamento (N.º de Camas)</i>	11.865	315	85	-	80	3.170	8.215	12.239	278	114	-	-	3.290	8.557
<i>Dormidas Totais (N.º)</i>	1.838.105	16.645	-	-	-	371.618	1.449.842	1.572.363	13.069	3.110	-	-	341.519	1.214.665
<i>Dormidas Nacionais (N.º)</i>	1.517.809	13.642	-	-	-	334.187	1.169.980	1.288.398	10.718	2.979	-	-	307.115	967.586
<i>Dormidas Estrangeiros (N.º)</i>	320.297	3.003	-	-	-	37.431	279.863	283.966	2.351	131	-	-	34.405	247.079
<i>Hóspedes (N.º)</i>	1.037.275	12.528	-	-	-	243.194	781.553	907.634	10.995	1.987	-	-	210.818	683.834
<i>Permanência Média (Dias)</i>	1,8	1,3	-	-	-	1,5	1,9	1,7	1,2	1,6	-	-	1,6	1,8
<i>Taxa de Ocupação-Cama</i>	29.2%	16.1%	-	-	-	29.7%	41.7%	24.6%	12.4%	8.3%	-	-	34.4%	43.2%

Nota: (-), Não existem dados disponíveis.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE de Portugal (2001 e 2005) e de Espanha (2000 e 2004).

Numa outra análise, observando a taxa de variação média anual (Figura 6), para cada uma das variáveis atrás referidas, verifica-se que o número de estabelecimentos registou uma variação média anual negativa de 6,5%, tendo-se ficado a dever, sobretudo, aos decréscimos evidenciados nas províncias espanholas. Também a capacidade de alojamento, em camas, assinalou uma diminuição corresponde a uma taxa de variação média anual de 0,8%, contribuindo para este decréscimo as províncias de Espanha, tal como já se tinha referido anteriormente. A taxa de ocupação-cama apresentou um crescimento médio anual de 4,4%, podendo-se aferir-se que a oferta turística poderá estar adaptada à procura, uma vez que este indicador permite avaliar este factor.

Continuando a analisar a Tabela 3, observa-se que o mercado interno é detentor de uma elevada percentagem do número de dormidas, cerca de 83% para 2004 e 82% para 2000, apresentando uma variação média anual positiva de 4,2%, tendo este acréscimo contribuído para as dormidas totais, registando estas uma variação média anual positiva aproximadamente 4% (Figura 6). Embora com um crescimento médio anual não tão significativo, também a variável hóspedes se fixou numa variação média anual positiva

de 3%, variação esta que se reflectiu no crescimento médio anual da variável permanência média (0,6%).

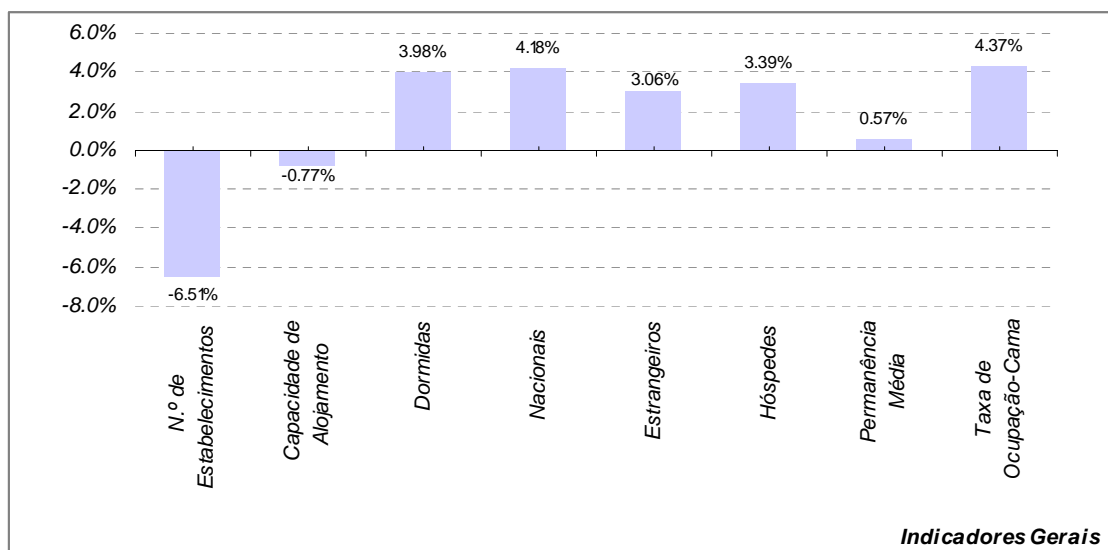


Figura 6: Taxa de Variação Média Anual, para os diferentes indicadores gerais da actividade turística (2000/2004).

Seguidamente apresentam-se alguns índices, que permitem efectuar uma avaliação da procura turística e alguns efeitos provocados por ela. De salientar que a falta de informação não permitiu calcular alguns valores, para alguns concelhos, tornando, assim, a análise mais pobre.

O Índice de Preferência permite avaliar em que medida uma determinada zona exerce um efeito de preferência ou não, relativamente às restantes e de que modos se comportam as zonas perante a evolução do turismo em geral do país. Mariotti, citado por Cunha (1997), formulou uma teoria sobre os centros de atracção turística que admite, como princípio geral, uma preferência da procura por certos lugares. Este indicador determina-se pela relação entre o número de turistas ou hóspedes, chegados a uma determinada localidade, durante um período e o número global de turistas ou hóspedes, registados em todos os estabelecimentos do país, durante o mesmo período.

Assim, pela análise à Tabela 4, pode observar-se que os turistas revelaram uma maior preferência pela província de Salamanca seguindo-se a de Zamora. Os concelhos portugueses quase não têm expressão quando comparados com as províncias espanholas, consequência clara do reduzido número de hóspedes que albergam os concelhos portugueses.

Uma importante medida do grau de internacionalização da procura dos meios de alojamento é dada pelo Índice de Internacionalização, que relaciona as dormidas de turistas estrangeiros com as dormidas de turistas nacionais (Vieira, 1997). A Tabela 4, permite concluir que o Douro Internacional tem no mercado interno a sua principal procura.

A importância relativa do turismo em cada país e a sua capacidade para suportar acréscimos adicionais da procura turística é obtida pela relação entre o número de turistas/hóspedes que visita um destino e a respectiva população total e designa-se por Índice de Saturação Turística. Assim, um destino com um índice inferior a um outro tem uma importância turística menor mas possui maior capacidade de crescimento potencial (Cunha, 2003). Os resultados constantes na Tabela 4, permitem referir que os destinos atingiram valores desaconselháveis, ou sejam, apresentam valores superiores à unidade o que significa que os turistas que visitam a região já ultrapassaram a população da região. Leva, ainda, a concluir que o PNDIAD pode estar a gerar impactos negativos do ponto de vista social e ambiental provocando assim, uma menor satisfação dos próprios turistas. Contudo e porque este índice deve ser relacionado com a permanência média e uma vez que se verificou que esta não é elevada, pode também concluir-se que o impacto social pode não ser significativamente afectado pelo aumento do número de turistas.

Tabela 4: Índices de Carácter Estatístico para o PNDIAD.

CONCELHOS PROVÍNCIAS	ÍNDICE DE PREFERÊNCIA		ÍNDICE DE INTERNACIONALIZAÇÃO		ÍNDICE DE SATURAÇÃO TURÍSTICA	
	2004	2000	2004	2000	2004	2000
<i>PNDIAD</i>	<i>1,00</i>	<i>1,00</i>	<i>0.21</i>	<i>0.22</i>	<i>1.80</i>	<i>1.50</i>
MID	0.01	0.01	0.22	0.22	1.56	1.26
MOG	-	0.00	-	0.04	-	0.16
FEC	-	-	-	-	-	-
FCR	-	-	-	-	-	-
ZAM	0.23	0.23	0.11	0.11	1.22	0.99
SAL	0.75	0.75	0.24	0.26	2.26	1.91

Nota: (-), Não se calcularam os índices por falta de informação.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados facultados pelo INE de Portugal (2001 e 2005) e de Espanha (2000 e 2004).

4.3. Análise SWOT

No sentido de se perceber os desafios que o Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero enfrenta para reforçar a sua posição como um destino

turístico, e porque a concepção de um enquadramento estratégico para o turismo no PNDIAD pressupõe a identificação das potencialidades e debilidades procedeu-se a uma Análise SWOT (Tabela 5).

Tabela 5: Análise SWOT para o PNDIAD.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> . Clima favorável e diferenciado; . População hospitaleira; . Diversidade de recursos endógenos com possibilidades de valorização; . Património natural, cultural e imaterial, diferenciados que pode responder a diferentes motivações; . Centros históricos com potencialidades para a diversificação das actividades turísticas; . Património Natural e Paisagístico diversificado que se materializa nos Parques Naturais cujas potencialidades para o desenvolvimento do turismo, na vertente natureza, em espaço rural, ecoturismo, entre outros, são elevadas e vão ao encontro das motivações dos turistas que procuram tranquilidade e descanso; . Existência de um vasto Património Histórico e Cultural, manifestado em eventos de carácter tradicional (por ex. romarias, folclore e procissões); . Espaços naturais protegidos que não sofrem os danos do desenvolvimento, nomeadamente a poluição; . Oferta gastronómica com reconhecida qualidade, variedade e tipicidade; . Existência de unidades de turismo em espaço rural no território espanhol; . Condições de segurança, sem terrorismo; . Diversidade de saberes e valores culturais (gastronomia, etnografia). 	<ul style="list-style-type: none"> . Insuficiente divulgação da região como espaço de turismo e lazer; . Informação insuficiente sobre o valor patrimonial do parque; . Deficiente sinalização turística e de trânsito; . Fraca integração dos operadores turísticos e das agências de viagens nacionais; . Grande concentração de turistas nacionais; . Falta de qualificação profissional nos serviços turísticos; . Deficientes acessibilidades inter-regionais; . Carência de equipamentos e espaços de lazer e animação para os visitantes ao parque; . Postos de informação turística escassos na área do parque (Portugal); . A oferta de lazer e animação é escassa e pouco organizada nos diferentes concelhos do DI; . Insuficiências na organização da oferta turística; . Rede de infra-estruturas hoteleiras e restauração é débil e deficiente; . Falta de investimento em novas unidades hoteleiras na área do DI; . Dificuldades no aproveitamento de recursos naturais e ambientais; . Reduzida articulação entre concelhos no que se refere ao desenvolvimento do turismo no parque; . Eliminação de troços ferroviários; . Existência de diverso património histórico e arquitectónico com sinais de degradação; . Sectores tradicionais com dificuldade de reestruturação e modernização; . Fraca capacidade de iniciativa por parte os investidores endógenos; . Reduzidas relações de cooperação e parcerias entre entidades locais e o Parque.

Tabela 5: Análise SWOT para o PNDIAD (Continuação).

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> . Evolução demográfica favorável ao desenvolvimento do segmento de turismo sénior; . Capacidade da oferta responder às motivações diferenciadas da procura; . Raízes e valores culturais passíveis de dinamização e projecção; . Aposta na oferta de novos produtos turísticos, potenciando os recursos da região; . O rio Douro possibilita a realização de actividades fluviais; . Possibilidade de criação de rotas e circuitos culturais utilizando o património cultural existente; . Diversidade do artesanato regional que pode gerar dividendos para as populações locais; . A localização dos Parques Naturais numa região fronteiriça pode gerar fluxos de turistas entre ambos os países que se traduz na necessidade de criação de infra-estruturas para cativar os visitantes para uma permanência mais prolongada; . A riqueza natural possibilita a realização de educação ambiental e actividades científicas; . A diversidade de recursos existentes permite a implementação de múltiplas actividades associadas a esses recursos; . As sedes de concelhos poderão converter-se em centros de atracção turística pelo património que possuem; . Importância do turismo na dinamização da actividade económica; . Aproveitamento de casas rústicas e solares para o Turismo em Espaço Rural. 	<ul style="list-style-type: none"> . Incapacidade da oferta responder às motivações diferenciadas da procura; . Desequilíbrios ao ambiente local/regional provocados pelo turismo em massa e não planeado; . Desertificação humana de parcelas significativas do território regional; . Dinâmica demográfica envelhecida; . Estrutura económica excessivamente dependente do sector primário e dos serviços públicos.

Desta análise, fica subjacente a noção de que muito há a fazer para reforçar a imagem e a notoriedade do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero como destino e promover o aumento da competitividade do turismo nesta região.

4.4. Orientações Estratégicas

Analisado a actividade turística no Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero pretende-se agora sistematizar as orientações estratégicas e os vectores estratégicos de actuação de todos os agentes económicos envolvidos, para que os

desafios que se colocam à actividade sejam vencidos e se alcance o objectivo de um turismo de qualidade, sustentado e que projecte uma imagem favorável do PNDIAD.

Assim, as orientações estratégicas prioritárias para o turismo do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero devem assentar em:

- Melhorar o funcionamento do mercado turístico, ao nível da oferta e da procura turística, tendo em vista o equilíbrio e a qualidade global;
- Apostar em produtos diferenciados, que se imponham pela sua identidade própria, e de uma articulação forte e efectiva entre as diferentes componentes do produto;
- Reforçar a acção comercial, com recurso ao *marketing* adequado e com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
- Implementar um sistema coordenado de sinalização turística e de trânsito permitindo uma correcta orientação na exploração da região do PNDIAD;
- Melhorar as acessibilidades (rodoviários, ferroviários - comboios turísticos -, e mesmo fluviais) permitindo aos residentes locais e aos visitantes uma maior facilidade, não só de acesso à região como de deslocação no interior da mesma;
- Promover o aproveitamento dos recursos turísticos, por exemplo fixando rotas temáticas, nomeadamente: românico, caminhos de Santiago, solares, arqueologia, castelos, rotas dos vinhos, património rural - programas de aldeias históricas e preservadas - e natural, entre outros; animação turística, no rio Douro, e desportiva; caça e pesca turísticas, ...;
- Recuperar e preservar o património histórico, cultural e ambiental;
- Dinamizar a capacidade empresarial e assegurar a existência de estruturas de coordenação do turismo, a nível nacional, regional e local;
- Fomentar a competência e a qualificação dos recursos humanos;
- Motivar a fixação de jovens na região, no sentido de minimizar a desertificação, através do incentivo ao desenvolvimento de novas actividades e profissões emergentes no sector;

- Investir na formação profissional, para a obtenção de profissionais especializados nas áreas essenciais ao desenvolvimento turístico (guias, animadores turísticos, hotelaria, restauração...).

Estas orientações estratégicas deverão assentar num desenvolvimento integrado, no qual deverá integrar-se a participação directa ou não dos principais agentes de desenvolvimento do turismo locais e/ou regionais e a participação das autarquias envolvidas, pois as mesmas têm como finalidade ampliar os efeitos económicos e sociais do turismo e racionalizar o uso dos recursos.

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objectivo analisar e discutir o contributo da actividade turística para o desenvolvimento regional com base nas potencialidades patrimoniais e turísticas que o Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero presenteia.

Embora tivessem surgido algumas limitações no que respeita à recolha de dados, não se podendo efectuar um estudo mais aprofundado dos diferentes destinos turísticos do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero, a análise dos dados permitem retirar as seguintes conclusões:

- Estes territórios transfronteiriços, com características marcadamente rurais, possuem um vasto património natural, cultural que se considera ser um recurso importante em termos de estratégias de desenvolvimento regional ou local;
- Toda a riqueza patrimonial existente pode constituir uma vantagem e mais valia para estes espaços raianos e contribuir para o seu desenvolvimento global. Pela sua capacidade de gerar sinergias pode constituir uma base para o desenvolvimento sustentável destes territórios raianos;
- De igual modo, entende-se que estes recursos são importantes e fundamentais para o incremento do turismo nas suas modalidades mais recentes, nomeadamente o turismo em espaço rural, turismo natureza, turismo ambiental, entre outras;
- Sendo o turismo gerador de emprego, quer no sector do turismo como nas diversas actividades económicas relacionadas com a gestão dos recursos, pode contribuir para a diversificação das economias locais, especialmente as zonas rurais onde o emprego é mais precário;

- Verifica-se ainda que o turismo tem sido um forte estimulante para a agricultura ao fomentar a oferta de produtos tradicionais e consequente geração de receitas. Pode estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das infra-estruturas de transportes e comunicações locais, trazendo benefícios para as populações locais. Assim, se o turismo for devidamente organizado e planeado pode constituir um mecanismo de auto financiamento para as entidades gestoras do parque e servir de instrumento para a sua conservação e preservação;
- Os resultados obtidos para os indicadores que permitiram avaliar a actividade turística no PNDIAD, justificaram que o turismo na região afigura-se como um sector dinâmico;
- Os índices calculados para efectuar uma avaliação da procura revelaram: uma maior preferência pela província de Salamanca e de Zamora; o PNDIAD tem no mercado interno a sua principal procura e embora o índice de saturação turística tenha apresentado valores desaconselháveis, para os diferentes destinos, poderá não ser preocupante uma vez que a permanência média não é elevada levando, assim, a concluir que o impacto social pode não ser significativamente afectado pelo aumento do número de turistas;
- Da análise SWOT, ficou evidente que ainda se encontram tarefas por fazer para reforçar a imagem e a notoriedade do PNDIAD como destino e promover o aumento da competitividade do turismo nesta região;
- Das orientações estratégicas apresentadas, no corpo do texto, as mesmas devem estar orientadas para princípios assentes na qualidade, na diferenciação e defesa do posicionamento das cinco regiões que integram o PNDIAD e no reforço das bases para a criação de uma competitividade sustentável para a região em estudo.

Pelo apresentado, sem dúvida, para que se obtenha uma base sólida para o melhoramento dos princípios e políticas de desenvolvimento do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero, é indispensável sublinhar a necessidade não só de uma crescente consciência e responsabilização dos diversos agentes (Estado, Autarquias, Empresas e Consumidores), bem como uma crescente pesquisa e reflexão inter-disciplinar sobre questões globais que se colocam a um desenvolvimento regional sustentado, harmonioso e equilibrado, do conjunto das cinco sub-regiões do Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATOUXAS, Mariana Fátima Moreira; (2002); "Turismo Ambiente e Desenvolvimento Regional"; *Comunicação apresentada no 1.º Congresso de Estudos Rurais - Ambiente e Usos do Território*; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

BLASCO, María José Viñals *et al.*; (1999); "Turismo en Espacios Naturales y Rurales"; Colección Turismo - Escuela Politécnica Superior de Gandía, Universidad Politécnica de Valencia, Valencia.

CASTILLA y LEÓN; (1991 e 2002); "Anuario Estadístico de Castilla Y León"; Junta de Castilla y León - Conserjería de Hacienda - Dirección General de Estadística; Zamora.

CE; (s/d); "La Carta Europea del Turismo Sostenible en los Espacios Protegidos"; Federación de Parques Naturales Regionales de Francia; <http://www.europarc-es.org>.

CHAVES, Cristina; MACIEL, Elisabete; GUIMARÃES, Paulo e RIBEIRO, José Carlos; (2000); "Instrumentos estatísticos de apoio à economia: conceitos básicos"; Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

COIMBRA, Carla; (2002); "Região Centro, Alentejo e Extremadura: Um estudo comparativo da região de fronteira"; *Revista de Estudos Regionais - Região Centro*; 1.º Semestre, N.º.1 INE-DRC.

CUNHA, Licínio; (1997); "Economia e Política do Turismo"; Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

CUNHA, Licínio; (2003); "Introdução ao Turismo"; Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo.

Decreto Regulamentar n.º 8/89 de 21/03/1989; Diário da República - I Série (Estabelece o Regulamento dos Empreendimentos Turísticos).

EAGLES, Paul; McCOOL, F.J.; STEPHEN, F. and HAYNES, Christopher D.A.; (2002); "Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management"; IUCN Gland, Switzerland.

HERAS, M. Pérez; (1999); "El ecoturismo como fórmula de desarrollo sostenible"; en VIÑALS, M.ª J. y BERNABÉ, A. (Edit.); "Turismo en espacios naturales y rurales"; Universidad Politécnica de Valencia, Valencia.

ICN; (2002); "Enquadramento Estratégico - Parque Natural do Douro Internacional"; Instituto da Conservação da Natureza; Lisboa.

INE; (1992); "Censos 91: Resultados Definitivos"; Região Norte e Região Centro; Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE; (2000); "Anuários Estatísticos do Turismo"; Madrid, Espanha.

INE; (2001); "Anuários Estatísticos do Turismo"; Lisboa, Portugal.

INE; (2002); "Recenseamento da População e da Habitação - Censos 2001", Região Norte e Região Centro; Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE; (2004); "Anuários Estatísticos do Turismo"; Madrid, Espanha.

INE; (2005); "Anuários Estatísticos do Turismo"; Lisboa, Portugal.

IUCN; (1994); "Directrices para las Categorías de Manejo de Areas Protegidas"; Commission on National Parks and Protected Areas; Gland, Switzerland.

IUCN; (2002); "Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planing and Management "; Commission on National Parks and Protected Areas; Gland, Switzerland.

IUCN; (2003); "*2003 United Nations List of Protected Areas*"; Commission on National Parks and Protected Areas; Gland, Switzerland.

Lei n.º 5/2002 - 11 de Abril (declaração do Parque Natural de Arribes del Duero, Zamora Salamanca).

MENDES, M^a Isabel de Deus; (1996); "*O Valor do Recreio das Áreas Protegidas - Uma aplicação ao caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês*"; Dissertação de Doutoramento, Universidade Técnica, Lisboa.

MENDIGORRI, Alfonso Mulero; (2002); "*La protección de Espacios Naturales en España*", Ed. Mundi-Prensa, Madrid.

MESPLIER, Alain y DURAFFOUR-BLOC, Pierre; (2000); "*Geografía del turismo en el Mundo*"; 4^a Ed., Ed. Síntesis, Madrid.

ORS, J.; (1999); "*El turismo y la conservación de los espacios naturales*"; en VIÑALS, M^a. J. y BERNABÉ, A. (Edit.); "*Turismo en espacios naturales y rurales*"; Universidad Politécnica de Valencia, Valencia.

SILVA, Carlos Eduardo; (1999); "*Desenvolvimento de Metodologia para análise da adequação e enquadramento de categorias de manejo de Unidades de Conservação*"; Dissertação de Mestrado, Centro de Estudos Ambientais - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Brasil.

VIEIRA, João Martins; (1997); "*A Economia do Turismo em Portugal*"; Publicações Dom Quixote, Lda.; Lisboa.